

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 6.490, DE 2002

Dispõe sobre a remuneração dos integrantes das Carreiras de Diplomata, Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria, e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Jovair Arantes

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo oferece ao exame do Congresso Nacional o presente projeto de lei que determina nova estrutura remuneratória para as carreiras do Serviço Exterior Brasileiro. Nesse sentido, além de atribuir novos valores aos vencimentos básicos de Diplomatas, Oficiais de Chancelaria e Assistentes de Chancelaria, a proposição institui novas gratificações de desempenho, a serem deferidas aos integrantes dessas carreiras com base em percentuais vinculados tanto ao cumprimento de metas institucionais como ao desempenho individual do servidor. De acordo com a regra proposta, a média das avaliações individuais de desempenho não poderá ser superior à avaliação institucional.

O projeto de lei sob exame dispõe ainda sobre as condições para a incorporação das gratificações aos proventos da aposentadoria e às pensões, exigindo para tal um período mínimo de sessenta meses, sem o que a incorporação ficará fixada em valor correspondente a dez pontos percentuais, critério este válido também para as aposentadorias e pensões atualmente em vigor.

Distribuída a matéria a esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, foi aberto o prazo regimental para o oferecimento de emendas, durante o qual foram apresentadas as seguintes:

- emenda nº 1, do Deputado Geraldo Magela, que pretende beneficiar os servidores de nível superior e intermediário lotados no Ministério das Relações Exteriores mas que não integram as carreiras do Serviço Exterior Brasileiro, conferindo-lhes os mesmos direitos, inclusive remuneração, e deveres inerentes às carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, respectivamente;
- emenda nº 2, do Deputado Rodrigo Maia, de conteúdo idêntico à anterior;
- emenda nº 3, do Deputado Coriolano Sales, com propósito semelhante ao das emendas anteriores, pretendendo incluir nos quadros do Serviço Exterior Brasileiro os servidores públicos vinculados ao Plano de Classificação de Cargos da Lei nº 5.645, de 1970, lotados no Ministério das Relações Exteriores e na Fundação Alexandre de Gusmão;
- emenda nº 4, do Deputado Pedro Celso, que institui um Quadro Especial Auxiliar do Serviço Exterior, a ser composto pelos servidores de nível superior e intermediário lotados no Ministério das Relações Exteriores que não integram as carreiras do Serviço Exterior Brasileiro, fixando-lhes também a remuneração;
- emenda nº 5, do Deputado Pedro Celso, permitindo a incorporação de gratificação aos proventos da aposentadoria e às pensões, mesmo quando percebidas por período inferior a sessenta meses, e assegurando aos já aposentados o pagamento de tais vantagens com base em 75% da pontuação máxima prevista no projeto;
- emenda nº 6, do Deputado Pedro Celso, que suprime o dispositivo que limita a média das avaliações individuais

de desempenho em função do resultado alcançado na avaliação institucional.

Cabe a esta Comissão, na presente oportunidade, manifestar-se sobre o mérito dessas emendas e do Projeto de Lei nº 6.490, de 2002.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto sob exame busca alterar a estrutura remuneratória das carreiras do Serviço Exterior Brasileiro, em consonância com aquelas que foram propostas para outras carreiras do Executivo. Em defesa do projeto, assim se expressaram os Ministros das Relações Exteriores e do Planejamento, Orçamento e Gestão, que subscrevem a Exposição de Motivos Interministerial nº 090/MP/MRE, de 26 de março de 2002:

“Dando continuidade ao ciclo de revisão das estruturas salariais dos cargos e carreiras por área de atuação, o que se propõe é que sejam alterados os referenciais de remuneração dos integrantes das Carreiras de Diplomata, Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria, observando-se as mesmas diretrizes que orientaram a reestruturação dos diversos segmentos que compõem a Administração Pública Federal.

Assim, cuidou-se para que no estabelecimento dos valores de vencimento básico fosse mantida a coerência com as demais carreiras estruturadas, sem descuidar da parcela variável da remuneração, concretizada na criação de gratificações específicas de qualidade e produtividade, e atribuídas de acordo com critérios e procedimentos que levam em consideração a eficiência individual e coletiva e os resultados institucionais alcançados.”

Dentro dessa ótica, os novos vencimentos propostos são consistentes com os de outras carreiras do Poder Executivo. Também a sistemática de cálculo das gratificações a serem instituídas, com base tanto no cumprimento de metas institucionais como na avaliação individual de cada servidor, guarda semelhança com gratificações que têm sido criadas em benefício de outras carreiras. Não há, portanto, qualquer objeção a fazer quanto ao mérito do projeto.

No que concerne às seis emendas oferecidas, porém, não há como acolhê-las. As três primeiras emendas pecam por pretender igualar aqueles que legalmente são desiguais: as emendas nº 1 e nº 2 ao efetuarem equiparação de remuneração vedada pelo texto constitucional e a emenda nº 3 ao incluir servidores do Plano de Classificação de Cargos no Serviço Exterior Brasileiro, sem observância da aprovação em concurso público específico. O fato de tais servidores estarem lotados no Ministério das Relações Exteriores, ainda que há muito tempo, não os torna assemelhados em direitos e deveres aos integrantes das carreiras do Serviço Exterior Brasileiro, não se justificando igualar-lhes a remuneração.

Já a emenda nº 4, embora apresentada em benefício do mesmo grupo de servidores, opta por criar um novo Quadro Especial Auxiliar do Serviço Exterior, fixando-lhes a remuneração de acordo com tabela própria. Ainda assim, tal concessão em favor dos servidores lotados no Ministério das Relações Exteriores configuraria tratamento discriminatório em relação aos demais servidores vinculados ao Plano de Classificação de Cargos, lotados em outros órgãos. Torna-se inviável, por conseguinte, acatar essa emenda.

A modificação da regra de incorporação das gratificações aos proventos de aposentadoria e às pensões, conforme consta da emenda nº 5, esbarra, por sua vez, em impossibilidade financeira assim expressa em nota emitida a respeito pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

“A incorporação proporcional desta gratificação prevista nesta Emenda não é compatível com a política remuneratória empregada pelo Governo Federal, ante a exigência de tempo mínimo de contribuição para fim de incorporação da vantagem, em decorrência da relação custo benefício, que impõe a observância de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema de Previdência dos servidores públicos federais.”

A emenda nº 6, finalmente, contraria a lógica da avaliação proposta pelo Poder Executivo, que limita a média das avaliações individuais de desempenho ao resultado da avaliação institucional e impõe dispersão das avaliações individuais, impedindo dessa forma que todos os servidores sejam contemplados pela média. A preservação desses critérios, definidos no projeto, recomenda a rejeição da emenda nº 6.

Ante o exposto, concluo apresentando meu voto favorável ao Projeto de Lei nº 6.490, de 2002, e pela rejeição das seis emendas que lhe foram oferecidas nesta Comissão.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado Jovair Arantes
Relator